



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO ACRE
Coordenadoria de Planejamento e Gestão Educacional

EDITAL Nº 79/2026

FORMAÇÃO CONTINUADA

O Desembargador Júnior Alberto, Diretor em exercício da Escola do Poder Judiciário do Acre – ESJUD, no uso de suas atribuições legais e de acordo com a legislação pertinente, faz saber, pelo presente Edital, que estarão abertas as inscrições para o **Curso: Técnicas Operacionais da Polícia Judicial**, conforme as regras estabelecidas a seguir.

1. DAS INFORMAÇÕES GERAIS

1.1. **Curso:** Técnicas Operacionais da Polícia Judicial.

1.2. **Inscrições:** Turma fechada.

1.3. **Modalidade:** Presencial.

1.4. **Realização:** 17 a 22 de agosto de 2026.

1.5. **Carga horária:** 44h.

1.6. **LAR:** O curso está em consonância com os normativos que fixam indicadores para a concessão da LAR (Licença Compensatória por alcance de resultados), por ser uma ação educacional promovida pela ESJUD.

1.7. **Local do curso:**

De 17 a 21/08/2026: Auditório da ESJUD.

Dia 22/08/2026 (sábado): Ponto de encontro na Sede Administrativa do Gabinete de Segurança Institucional – GSITJ.

1.8. Dados do curso:

1.8.1. Justificativa

A segurança institucional constitui atividade estratégica para o adequado funcionamento do Poder Judiciário, sendo indispensável à preservação da integridade física de magistrados(as), servidores(as), colaboradores(as), jurisdicionados(as) e do patrimônio público. Nesse contexto, a continuidade dos(as) policiais judiciais representa medida essencial para o fortalecimento da atuação preventiva e operacional da segurança institucional.

A presente ação educacional está alinhada ao Planejamento Estratégico do Tribunal de Justiça do Estado do Acre (TJAC), especialmente no que se refere ao fortalecimento da governança, da segurança institucional e da valorização e desenvolvimento de pessoas, contribuindo para a prestação jurisdicional eficiente, segura e de qualidade. Além disso, atende às diretrizes estabelecidas pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ), em especial às Resoluções que regulamentam a organização, estruturação e aperfeiçoamento da Polícia Judicial.

O cenário contemporâneo, marcado pelo aumento dos riscos à segurança de autoridades, instalações e usuários dos serviços judiciais, exige que os(as) policiais judiciais estejam permanentemente atualizados(as) quanto às técnicas operacionais, aos protocolos de atuação, ao uso seletivo da força, às tecnologias menos letais, à segurança de dignitários e às estratégias de gerenciamento de incidentes críticos.

Dessa forma, o curso visa desenvolver e aperfeiçoar competências técnicas, táticas e comportamentais indispensáveis ao exercício das atribuições da Polícia Judicial, fortalecendo a capacidade de resposta dos(as) profissionais diante de situações de risco, ampliando a segurança institucional e contribuindo para o alcance dos objetivos estratégicos do TJAC.

1.8.2. **Origem da demanda:** 0002015-64.2025.8.01.0000 (Coordenação da Assessoria Militar).

1.8.3. Formadores(as):

Adhervanio Alécio Teixeira – Pós-graduado em Gestão do Poder Judiciário pela Faculdade Educacional da Lapa (FAEL); graduado em Logística pela Universidade Internacional (UNINTER); Multiplicador de Atendimento Pré-Hospitalar (APH) em Combate pelo Comitê Brasileiro de APH em Combate. Atua como Instrutor Institucional de Armamento e Tiro do Tribunal de Justiça do Estado do Acre (TJAC).

Gérner Márcio Gomes de Matos - Pós-graduado em Direitos Humanos com Ênfase em Etnia e Gênero pela Faculdade do Vale do Juruena (FACUVALE); pós-graduado em Inteligência e Segurança Pública pelas Faculdades Integradas de Minas Gerais (FACIMIG); graduado em Direito pela Faculdade de Ciências Humanas, Exatas e Letras de Rondônia (FARO). Foi Instrutor Convidado no Curso de Proteção de Autoridades do Gabinete Militar do Governo do Estado de Rondônia (2009) e Instrutor do Curso de Segurança de

Dignitários para Policiais Rodoviários Federais do Comando de Operações Especiais (COE/Norte) (2022). Atua como Agente da Polícia Judicial do Tribunal Regional do Trabalho da 14ª Região (TRT-14).

Maria Cídima Teixeira de Souza – Pós-graduada em Segurança Pública e Direitos Humanos pela Universidade Federal do Acre (UFAC); pós-graduada em Recursos Humanos pela Faculdade Internacional de Curitiba (FACINTER); graduada em Geografia pela Universidade Federal do Acre (UFAC). É Instrutora de Tecnologias Não Letais e integra o Gabinete de Segurança Institucional (GSI), na Divisão dos Policiais Judiciais do Tribunal de Justiça do Estado do Acre (TJAC).

Raimundo Fontes de Queiroz Neto - Pós-graduado em Gestão Pública com Ênfase em Segurança Pública pela Faculdade OPET; graduado em História (Licenciatura). É Instrutor de Tecnologias Não Letais, Chefe da Divisão dos Agentes da Polícia Judicial do Tribunal de Justiça do Estado do Acre (TJAC) e Técnico Judiciário.

Sharle Silva Almada - Pós-graduado em Inteligência Policial pela Faculdade Campos Elíseos (FCE); graduado em Educação Física pela Universidade Federal do Acre (UFAC). Atua como Instrutor Institucional de Armamento e Tiro do Tribunal de Justiça do Estado do Acre (TJAC) e do Conselho Nacional de Justiça (CNJ).

1.8.4. Objetivo geral

Promover a atualização e a qualificação continuada dos servidores responsáveis pela segurança institucional do Poder Judiciário do Estado do Acre, em consonância com as diretrizes e normativos do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), fortalecendo a atuação da Polícia Judicial e aprimorando sua capacidade operacional.

A capacitação visa assegurar condições adequadas para a proteção de magistrados, servidores, colaboradores, jurisdicionados e do patrimônio institucional, contribuindo para a excelência na prestação dos serviços de segurança. Busca-se, ainda, o desenvolvimento de competências técnicas e profissionais indispensáveis ao exercício das atribuições da Polícia Judicial, com foco na prevenção de riscos, na gestão de incidentes e na preservação da integridade física das pessoas e dos bens sob a responsabilidade do Poder Judiciário.

A iniciativa justifica-se diante do crescente cenário de violência observado no país e seus reflexos no Estado do Acre, demandando o constante aperfeiçoamento dos agentes de segurança para atuação eficiente, preventiva e alinhada às melhores práticas de segurança institucional.

1.8.6. Ementa

Legislação, normativos e procedimentos operacionais da Polícia Judicial. Estrutura, atribuições e padronização institucional. Técnicas de abordagem pessoal e veicular. Busca pessoal, condução, contenção e uso de algemas. Fundamentos legais e doutrinários do uso seletivo da força. Equipamentos e tecnologias menos letais. Dispositivo Elétrico Incapacitante (DEC): fundamentos, emprego operacional e

aspectos legais. Segurança mental aplicada à atividade policial. Inteligência emocional, percepção situacional, protocolo O.O.D.A. e tomada de decisão sob estresse. Técnicas de autodefesa, domínio e submissão de pessoas. Retenção e contra retenção de arma de fogo. Segurança de dignitários aplicada ao contexto do Poder Judiciário. Planejamento e execução de operações de proteção. Escolta, comboio, itinerários e rotas seguras. Procedimentos de embarque e desembarque de autoridades. Noções de inteligência, contra vigilância e varredura. Formações de segurança e gerenciamento de riscos. Estudos de caso e simulações operacionais. Exercícios práticos voltados ao aperfeiçoamento técnico, tático e comportamental dos(as) policiais judiciais, com foco na proteção de pessoas, instalações e patrimônio do Poder Judiciário.

1.8.7. Programação

Data e horário	Unidade	Formadores(as)	Conteúdo programático	Carga Horária
17/08 das 8h às 12h e das 14h às 18h.	Unidade I – Normativos da Polícia Judicial	Formador: Adhervanio Alécio Teixeira	Resoluções CNJ nº 344/2020, 379/2021, 380/2021, 383/2021, 435/2021 e 467/2022; Resoluções COJUS/TJAC nº 57/2021, 249/2020 e 223/2018; padronização, identificação visual e procedimentos operacionais da Polícia Judicial.	8h
	Unidade II - Abordagem (veicular e pessoal)		Princípios da abordagem (SSUUAV); segurança na abordagem veicular e pessoal. Abordagem	

			em guaritas e edificações; comando de voz; averiguação; busca pessoal; dispositivo policial; contenção e uso de algemas; condução de pessoas abordadas.	
18/08 das 8h às 12h e das 14h às 18h.	Unidade III - Uso seletivo da força / equipamentos menos letais e as principais funções do DEC	Formadores(as): Maria Cídima Teixeira de Souza e Raimundo Fontes de Queiroz Neto.	Aspectos legais do uso da força; Código Penal Brasileiro; Decreto nº 12.341/2024; Resoluções CNJ e COJUS aplicáveis; princípios do uso seletivo da força; níveis de resistência; níveis de força; doutrina do uso da força. Equipamentos menos letais; funções do Dispositivo Elétrico Incapacitante (DEC); técnicas operacionais; aplicações práticas; legislação pertinente; exercícios simulados.	8h (sendo 4h para cada formador)
19/08 das 8h às 12h e	Unidade IV - Uso da força e	Formador: Sharle Silva	Aspectos teóricos e legais do domínio e	8h

das 14h às 18h	Segurança Mental. Técnicas de Autodefesa e Domínio.	Almada	submissão de pessoas; protocolo O.O.D.A.; Código das Cores; inteligência emocional; mentalidade de combate; tomada de decisão sob estresse. Condutas preventivas para autodefesa; técnicas de abafamento; domínio pela frente e pelas costas; retenção e contra retenção de arma de fogo; aplicação da Pirâmide do Uso Seletivo da Força em cenários simulados.	
20/08 das 8h às 12h.	Unidade V - Postura Policial e Segurança de Dignitários para Polícia Judicial.	Formador: Gérner Márcio Gomes de Matos	Orientações de técnicas clássicas de segurança de dignitários; Serviço de proteção (princípios e definição); Protocolo de operações; Tipos de Proteção: Estática; Dinâmica. Formação das equipes:	4h

			<p>Características essenciais do agente. Orientações comportamentais e de boas maneiras para atuação em segurança de dignitários; Atitude mental do Agente. Planejamento: Itinerários e rotas; comboio e escolta; administração de logística e contatos.</p>	
20/08 das 14h às 18h.	Unidade VI - Abordagem veicular parte II.	Formador: Adhervanio Alécio Teixeira	<p>Abordagem Policial a Veículo – Procedimentos Iniciais, Áreas de Segurança e Escalonamento do Uso da Força; Avaliação Inicial da Ocorrência; Condições de Segurança do Local; Área de Segurança e Área de Perigo; Posicionamento técnico da viatura.</p>	4h
21/08 das 8h às 12h.	Unidade VII - Postura Policial e	Formador: Gérner Márcio	Operacional: Execução; Equipe	4h

	Segurança de Dignitários para Polícia Judicial.	Gomes de Matos	avançada ou de reconhecimento; Precursoras formas de contato; Noções de varredura; Embarque e desembarque de dignitários na realidade do judiciário; Saídas emergenciais. Equipe de Extração do VIP; Equipe de Inteligência e contra vigilância. Situação da missão: formal; informal; velado; infiltrado;	
22/08 das 8h às 12h e das 14h às 18h.	Unidade VIII - Postura Policial e Segurança de Dignitários para Polícia Judicial.	Formador: Gérner Márcio Gomes de Matos	Formações de segurança: <ul style="list-style-type: none"> ○ Princípio da zona esférica de segurança; ○ Sistema de círculos concêntricos; ○ Cunha; ○ Diamante; ○ Linha de cumprimentos; ○ Discursos, entrevistas e 	8h

			comícios; Estudo de caso sobre locais de atentado; Medidas preventivas para evitar atentados em locais de eventos previstos; Condições adversas;	
--	--	--	---	--

1.8.8. Metodologia

A metodologia adotada será teórico-prática, pautada na aprendizagem experiencial e no desenvolvimento de competências profissionais aplicáveis à rotina da Polícia Judicial.

As atividades teóricas serão realizadas por meio de aulas expositivas dialogadas, estudos de casos, análise de normativos, apresentação de protocolos operacionais, debates orientados e compartilhamento de experiências profissionais, possibilitando a compreensão dos fundamentos legais, técnicos e procedimentais relacionados à atuação da Polícia Judicial.

As atividades práticas contemplarão demonstrações técnicas, oficinas operacionais, treinamento supervisionado, exercícios de abordagem pessoal e veicular, utilização de equipamentos menos letais, técnicas de autodefesa, domínio e contenção, segurança de dignitários, simulações de cenários operacionais e resolução de situações-problema, permitindo aos participantes aplicar os conhecimentos adquiridos em contextos próximos à realidade de trabalho.

Durante o curso, serão empregadas metodologias ativas de aprendizagem, incentivando a participação dos(as) alunos(as), a tomada de decisão, o trabalho em equipe e o desenvolvimento da capacidade de análise e resposta em situações de estresse operacional.

A avaliação ocorrerá de forma processual, mediante observação do desempenho dos(as) participantes nas atividades práticas, envolvimento nas discussões propostas e participação nas simulações e exercícios desenvolvidos ao longo da capacitação, observando-se os critérios de frequência estabelecidos no item 4.1. deste edital.

2. DO PÚBLICO-ALVO

2.1. Polícia Judicial do TJAC da capital e do interior, Justiça Federal Seção Acre, câmara dos vereadores, TRT 14 Seção Acre, Ministério Público Federal e Assembleia Legislativa.

2.3. Número de Vagas:

55 (cinquenta e cinco) sendo 40 públicos internos e 15 públicos externo ao TJAC, assim distribuídas:

Câmara Municipal de Rio Branco	03
Justiça Federal – Seção Judiciária do Acre	03
Ministério Público Federal no Acre	03
Assembleia Legislativa do Estado do Acre	03
Tribunal Regional do Trabalho da 14ª Região – Acre	03

3. DAS INSCRIÇÕES

3.1. Para receber a confirmação da inscrição, o(a) participante deverá informar um número de WhatsApp no momento da inscrição no Sistema EmeronWeb.

3.2. A Coordenadoria de Execução Educacional - COEED fará o controle de frequência dos(as) alunos(as) mediante registro de presença no próprio sistema.

3.3. Ao final da ação educacional, a Coordenadoria de Controle e Monitoramento - COMON fará os devidos registros no Sistema para a certificação do(a) aluno(a)

4. CERTIFICAÇÃO

4.1. Terá direito ao certificado de participação o(a) aluno(a) que obtiver a carga horária mínima de 75% (setenta e cinco).

4.2. Depois de cumprida a exigências do subitem 4.1, o(a) concludente obterá o certificado no Sistema EmeronWeb, na área do(a) aluno(a), acessando o *link* <https://escola.tjac.jus.br/emeronWeb/externas/inscricoes/listar.xhtml>.

4.3. Para efeito de certificação serão considerados(as) os(as) participantes que efetuarem o cadastro e registro de frequência no Sistema EmeronWeb e obtiverem a carga horária mínima descrita no item 4.1.

4.4. Avaliação de reação: Ao final do curso, o(a) estudante apontará o seu grau de satisfação com relação ao tema, carga horária, informações novas oferecidas, atividades, aplicabilidade dos conhecimentos, dentre outros.

5. DO CONTROLE DE FREQUÊNCIA DO CURSO

5.1. O(a) participante receberá durante o curso o link para registrar sua frequência, a fim de que seja devidamente identificado(a) para a certificação da atividade educacional.

6. DA ESTIMATIVA DE GASTOS PARA A REALIZAÇÃO DO CURSO

6.1. Investimento total estimado de **R\$ 99.890,42**, incluindo:

- 7,5 diária para 19 Policiais Judiciais (do interior para Rio Branco) - R\$ 79.285,48
- Pagamento de hora aula para formadores locais - R\$ 7.784,00, distribuídas da seguinte forma:
Adhervanio Alécio Teixeira: 12 horas-aula, no valor de R\$ 3.336,00;
Sharle Silva Almada: 8 horas-aula, no valor de R\$ 2.224,00;
Raimundo Fontes de Queiroz Neto: 4 horas-aula, no valor de R\$ 1.112,00;
Maria Cídima Teixeira de Souza: 4 horas-aula, no valor de R\$ 1.112,00.
- Pagamento Diárias para 01 formador do TRT (Gerner) - 14^a - 4.172,94
- Transporte terrestre ônibus PVH-RBR-PVH para 01 formador do TRT - 14^a - R\$ 500,00
- Pagamento de hora aula para formador TRT (Gerner) - R\$ R\$ 4.448,00
- CoffeBreak para início e encerramento da ação para 55 pessoas. R\$ 3.700,00

Observações:

Os valores referentes ao pagamento de diárias estão em conformidade com o Anexo Único da Resolução n.º 344, de 19 de novembro de 2025.

Os valores referentes ao pagamento dos(as) formadores(as) locais estão em conformidade com o Anexo Único da Resolução COJUS n.º 93, de 9 de outubro de 2024, de acordo com suas respectivas atuações e titulações.

7. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

7.1. O cancelamento de inscrição poderá ser feito pelo participante até 48(quarenta e oito) horas antes da data do início da ação educacional, mediante envio dessa solicitação ao *e-mail* da Coordenadora de Execução Educacional: coeed@tjac.jus.br.

7.2. A Coordenadoria de Execução Educacional - COEED, será responsável pelo monitoramento da frequência do(a) aluno(a) em cada aula ministrada no curso e poderá disponibilizar lista de presença a ser assinada pelos participantes, bem como contatar diretamente o(a) aluno(a) faltante para obter informações a respeito de sua ausência.

7.3. O(A) aluno(a) faltoso(a) poderá justificar sua ausência, por meio de envio de *e-mail* à Coordenadoria de Execução Educacional - COEED (coeed@tjac.jus.br), no prazo de até 48 (quarenta e oito) horas a contar da última aula de que não participou.

7.4. A Coordenadoria de Execução Educacional - COEED repassará a justificativa da ausência à Direção da Escola do Poder Judiciário do Acre - ESJUD para decisão acerca do acolhimento da justificativa apresentada pelo(a) aluno(a) faltoso(a).

7.5. A Direção da ESJUD poderá, diante de eventual ausência de justificativa de não participação por parte do(a) aluno(a) faltoso(a), substituí-lo(a) por outro(a) aluno(a) constante das vagas remanescentes, o qual será selecionado conforme a ordem de inscrição no curso no sistema.

7.6. Demais omissões verificadas neste Edital serão sanadas pela Direção da ESJUD.

Desembargador **Júnior Alberto**
Diretor em exercício da ESJUD



Documento assinado eletronicamente por **Desembargador JÚNIOR ALBERTO Ribeiro, Desembargador**, em 17/06/2026, às 12:05, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <https://sei.tjac.jus.br/verifica> informando o código verificador **2426917** e o código CRC **0845C576**.
